

A POLÍTICA Câmara desrespeita liminar e votação acaba em luta camp

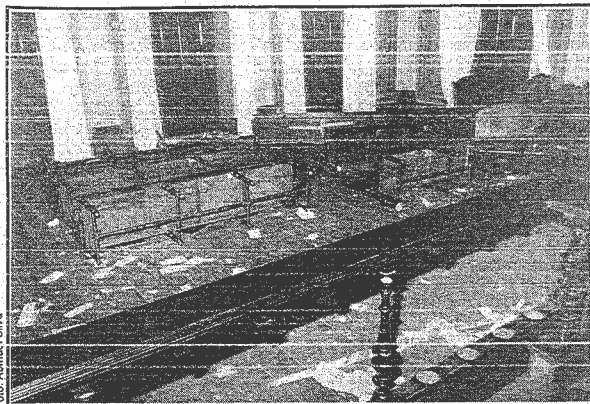


Foto: Almesil Silva

Na confusão, os bancos e o alambrado de madeira foram quebrados

Terminou em conflito, com saldo de nove feridos e intervenção de soldados da Polícia Militar, a sessão de ontem da Câmara de Vereadores de Salvador, que aprovou o projeto da Prefeitura Municipal que regula a permuta de terras de sua propriedade com a empreiteira Ecomati. A briga começou no encerramento da sessão, por volta das 22 horas, e envolveu o grupo de moradores das invasões do STIEP que foi pressionar, nas galerias, contra a aprovação do projeto, e seguranças da Câmara Municipal.

Outro grave saldo da sessão de ontem, com proporções ainda desconhecidas, e que contribui para o acirramento dos ânimos na galeria, foi a recusa da Câmara de Vereadores de Salvador em acatar a liminar expedida pela juíza Terezinha Maria Monteiro Lopes, da 7ª Vara da Fazenda Pública, determinando que o projeto fosse retirado de pauta. A medida era acautelatória, diante de uma ação popular impetrada na Justiça estadual contra a Câmara Municipal e a prefeitura, resguardando interesse da cidade sobre o projeto.

A decisão de votar o projeto foi tomada pelo presidente da Câmara, Ednaldo Santos, por volta das 21 horas, depois de proferir desde o início da tarde, a iniciativa de cumprir ou não a decisão judicial. Antes, ele ouviu o plenário e obteve apoio da maioria. Os cinco vereadores que votaram contra (Ignácio Gomes (PMDB), Paulo Fábio (PCB), Virgílio Pacheco, (PSB), Jane Vasconcelos e Ney Campello — ambos do PC do B — retiraram-se do plenário, e o projeto foi, então, votado, sob o regime de urgência, aprovado desde o início da tarde. Os 22 vereadores que ficaram no plenário aprovaram o projeto por unanimidade.

O presidente da Câmara, Ednaldo Santos (PMDB), afirmou que não houve enfrentamento do Judiciário. "Em nenhum momento a Câmara desacatou a Justiça. O que fizemos foi garantir sua independência de legislar", explicou. Sua opinião, no entanto, não foi compartilhada pelo líder da bancada do prefeito, Sérgio Passarinho: "Minha opinião é de que a Câmara, com essa atitude, recusou a intervenção do Ju-

diciário", afirmou. Segundo o presidente Ednaldo Santos, a Câmara entra hoje com mandado de Segurança para reverter a decisão da Justiça.

VÁRIAS VERSÕES

As versões sobre o início da confusão são contraditórias. Antes da reportagem chegar à Câmara Municipal, o presidente Ednaldo Santos foi ouvido por telefone e procurou minimizar a extensão do conflito. Segundo ele, foram os próprios vereadores que acabaram com o tumulto "entrando para despartar", e que não houve necessidade de interferência policial. Na verdade, foram policiais que ele próprio admitiu ter chamado por precaução, que colocaram fim ao conflito. No local, cadeiras e bancos da galeria estavam competidamente destruídos, e uma parte da grade que separa o setor do plenário, onde ficam os vereadores, estava derrubada.

Segundo explicaram o próprio Ednaldo Santos e o vereador Fernando Schmidt (PMDB), depois que a Câmara resolveu votar o projeto, começou a haver provocação da galeria, jogando bolinhas de papel e proferindo palavras de ordem agressivas. Quando a sessão foi encerrada, os populares começaram, então, a destruir os móveis da galeria, ameaçando invadir o plenário.

Os invasores apresentaram versão diferente: "O conflito teria começado à saída da galeria, quando seguranças da Câmara foram interceptar o grupo. O chefe de segurança da Câmara, Roberto Berenguer, explicou que, depois de iniciado o quebra-quebra dos móveis, o padre Confa atingiu um dos seguranças com uma paulada na cabeça. "Ai não tive como segurar o pessoal", afirmou. No final, três seguranças ficaram feridos, enquanto seis populares foram atendidos no Pronto-Socorro. Josefa Passos França, ferida com dois cortes na cabeça, afirmou que foi atingida pelo vereador Zeito Matos (PDT) por pauladas que foram desferidas da grade que separa o plenário da galeria.